

O Programa Espacial Brasileiro

SindCT

*Sindicato Nacional dos Servidores
Públicos Federais da Área de Ciência e
Tecnologia no setor Aeroespacial*



O Programa Espacial Brasileiro



**Desinteresse
e
Omissão!**



**A Tragédia
Espacial
Brasileira**

Público X Privado

O escândalo do Parque Tecnológico

Conforme a última Rapidinha (nº 36/2007), onde assinalamos as ingerências do CGEE dentro do INPE, propondo descaradamente a "transferência administrativa, financeira e tecnológica" de um projeto de Engenharia Especial do INPE para o Parque Tecnológico de São José dos Campos - APTSJC, agora todos fatos vêm abertamente à tona:

1. É constituída uma "Associação Parque Tecnológico de São José dos Campos", fundada em 17 de julho de 2007, tendo 18 sócios fundadores (veja box), dentre os quais o diretor do INPE, Gilberto Câmara Neto, tendo como diretor provisório Marco Antônio Raupp (do Comitê de Busca que escolheu Câmara para diretor do INPE).

2. Em 21 de dezembro de 2007 (às vésperas de Natal) o prefeito Eduardo Cury (PSDB) publica decreto abrindo chamada Pública para contratar uma Organização Social para gerenciar o Parque Tecnológico por 5 anos, abrindo o prazo até 25 de janeiro de 2008 (35 dias corridos) para apresentação de propostas de gestão por Organizações Sociais

(OS).

3. No mesmo dia (21/12/2007), o prefeito publica outro decreto qualificando (isto é, reconhecendo) a Associação Parque Tecnológico de São José dos Campos (de Raupp/ Câmara) como Organização Social.

Estes dois dados permitem a seguinte análise:

A Associação Parque Tecnológico de São José dos Campos seria a escolhida para ser a gestora do Parque Tecnológico Municipal por ser a única qualificada pela Prefeitura!

Além disso, o atual presidente do Parque Tecnológico da Prefeitura de São José dos Campos, Marco Antônio Raupp, é integrante da Associação que se candidata a gerir o mesmo Parque Tecnológico!

Os indícios de favorecimento e direcionamento ficaram tão fortes que até os setores mais conservadores de São José (e excluídos do processo) protestaram veemente. Cury recusou chamando reunião com estes setores. Curiosamente estes setores saíram da reunião elogiando o processo de privatização do Parque Tecnológico.

A grande jogada do Parque Tecnológico

A pergunta chave nesta questão é: por que a Prefeitura quer um Parque Tecnológico? Tem a Prefeitura experiência, conhecimento, gente para isso? Não tem nada! Mas mesmo assim, a nosso ver, arma o seguinte esquema:

1. Manta o Parque Tecnológico constituído de um conjunto vazio de especialistas. Até agora estão no Parque: Raupp - presidente, José Raimundo Braga Coelho (aposentado do INPE), Oscar Dias (aposentado do INPE, fez parte do governo Emanuel Fernandes/ PSDB) e Washington Cassiano (cedido pelo INPE). Pelo que sabemos, mais ninguém!

2. Raupp e seus amigos fundam uma Associação, que, em seguida, ela própria (Prefeitura) reconhece como "habilitada" a gerenciar o Parque.

Cabe perguntar como uma Associação recém criada, não tendo estrutura nenhuma, nem pessoal, nem material, nem experiência, pode gerenciar projetos de alta tecnologia e ainda fazer a difícilíssima difusão tecnológica no ambiente produtivo? Por que a Prefeitura, declarando-se incapaz de tal empreitada,

a leva adiante?

É aí que entram as instituições públicas consolidadas, com conhecimento e experiência: o INPE e o CTA. Por isso, Gilberto Câmara entra para a Associação e também o ex comandante do CTA, o Ten. Brig. Carlos Alberto Pires Rolla.

O que se vislumbra é que projetos de desenvolvimento tecnológicos do INPE e CTA, a duras penas tocados com poucos recursos estarão em risco de serem colocados em segundo plano (ou estagnados) e substituídos por projetos de interesse privado (indústrias e serviços) que ditariam as regras no INPE (após os Comitês de Busca trocarem as chefias) e também tentariam se infiltrar no CTA.

As empresas gastariam uma mixaria e ganhariam os laboratórios, o pessoal, o conhecimento, a nossa tecnologia e a experiência dos nossos institutos e seriam os capatazes arrogantes e prepotentes dentro das nossas instituições. Quem não aderir será rotulado de "atrasado", "negativo" e colocado às moscas, se não for perseguido.

CONTINUA ...

O SindCT denuncia!

A tragédia espacial

"Há algo de podre no reino da Dinamarca"

Hamlet, príncipe da Dinamarca – William Shakespeare

1ª Ato: Uma montanha de dinheiro

O Ministério da Ciência e Tecnologia parece ser pequeno, acanhado, de poucos recursos e influência política periférica. Isto foi verdadeiro até o fim do governo federal de FHC, mas antes do seu término, o MCT já contava com significativos recursos dos diversos fundos setoriais criados. No governo Lula, os fundos setoriais tornaram-se polpidos dado ao crescimento da economia (e o conseqüente aumento no recolhimento a estes fundos). Soma-se a isso o grande aumento no próprio orçamento do ministério (via tesouro nacional) e do PAC da Ciência e Tecnologia.

Tudo somado faz o MCT um dos ministérios mais ricos da esplanada e certamente um dos com mais disponibilidades (os ministérios com orçamentos maiores, como a Saúde, a Previdência, tem pesados encargos permanentes e relativamente pouco dinheiro disponível para novas ações).

É um belo cenário para um espetáculo do desenvolvimento, do desabrochar de talentos tanto nas ciências teóricas quanto nas aplicadas e nas engenharias. Mas perguntamos: alguém está vendo

algum salto qualitativo, algum destaque importante nos indicadores de C&T? O número de patentes concedidas teve um pífilo aumento e continuamos na poeira de países como a Coreia do Sul, Índia, Taiwan, Indonésia que, há três décadas eram tão ou mais atrasados do que nós. Houve um razoável crescimento no número de publicações em revistas indexadas (nacionais e estrangeiras) na área científica, mas nada na proporção do aumento dos recursos geridos pelo MCT.

É evidente, portanto que há um gargalo na gestão destes recursos, particularmente quando confrontamos a eficiência (resultados) com a aplicação (investimentos). O MCT governa recursos nunca antes conseguidos com resultados pífilos e, na área espacial, desastrosos com flagrante retrocesso.

Aí está a tragédia: gastamos muito e não aprendemos quase nada, financiamos mais o desenvolvimento alheio (agora da Argentina, via SABLÁ) do que o nosso. Hoje temos menos capacidade do que há 10 anos atrás e continuamos perdendo o pouco que resta.

2ª Ato: O ataque de flanco

A pergunta óbvia que surge é: como é possível retroceder, perder competência, capacidade de realizar programas, criar e desenvolver tecnologia numa situação de recursos substantivos?

Não se encontrará resposta no campo técnico, econômico, mas somente no campo da política.

O partido do Ministro Sérgio Resende, o PSB, de base do governo, exigiu (e conseguiu) o MCT "porteira fechada", ou seja, independente para



compor os seus quadros de pessoal nos gabinetes, ditar a política na área de C&T, fazer alianças que bem

entender, como um principado feudal que apenas deve vassalagem política (via Congresso Nacional) ao governo e, de resto, é soberano.

Conseguida a independência feudal, o que faz Sérgio Resende? Incapaz de montar equipes competentes no corpo do ministério, sem nenhum projeto de nação e de desenvolvimento, contrata, a peso de ouro, várias e sucessivas assessorias (Geopi, CGEE, FGV, e outras).

O vácuo de projeto desenvolvimentista para área é percebido claramente por vários atores políticos da área de C&T (são atores de bastidores e raramente aparecem em noticiários) que interagem com o MCT. Percebem sua fragilidade e passam ao ataque de flanco: oferecem saídas, projetos, soluções, capacitações, etc, tão desesperadamente procuradas pela cúpula ministerial

continua...

O SindCT denuncia!

Programa espacial: começam os ataques

Marco Antônio Raupp tomou posse dia 22 de março como novo presidente da Agência Espacial Brasileira (AEB) e logo de início já mostrou a que veio.



Raupp afirma em seu discurso de posse que "a maior marca do programa espacial brasileiro é o atraso". A julgar pelos constantes adiamentos, por exemplo, nos cronogramas de nossos programas (CBERS, PMM, VLS etc.), o novo presidente da AEB pelo menos demonstra

conhecer as limitações e fraquezas do programa espacial brasileiro. Ele prometeu uma revisão completa do programa ao longo do próximo mês (abril).

Por outro lado, feito o diagnóstico correto, Raupp começa a mostrar que tipo de interesse ele está preocupado em defender. afirmou que "será

discutida a possibilidade de a agência [AEB] contratar empresas privadas para executarem projetos espaciais --como os Estados Unidos fazem".

Raupp também afirmou que avaliará qual é "realmente a possibilidade" de lançar o foguete ucraniano Cyclone-4 da base de Alcântara no ano que vem, como planeja a empresa binacional ACS (Alcântara Cyclone Space). O próprio ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, condicionou a continuidade do programa Cyclone ao aporte de dinheiro da Ucrânia. "A evolução desse programa depende de eles assumirem a parte deles, tanto na capitalização da empresa quanto no cronograma tecnológico para o Cyclone-4", afirmou o ministro. O Brasil já colocou R\$ 207 milhões no capital da ACS, mas a Ucrânia, em apuros financeiros após a crise de 2008, não deu sua contrapartida nem conseguiu ainda dinheiro para concluir o foguete.

Nossa opinião

Ora, o que há de novidade na declaração de Raupp de que pretende contratar empresas privadas para executarem projetos espaciais? Afinal, há quantos anos o INPE e o DCTA vêm repassando o "filé-mignon" dos projetos da área espacial para a iniciativa privada? E o que é pior, muitas vezes em detrimento do fortalecimento de suas divisões e equipes de desenvolvimento. Neste sentido Raupp só está propondo mais do mesmo. Aliás, não esperávamos algo diferente, vindo de um ex-presidente do Parque Tecnológico, com ligações figadais com os grupos privados da região.

Quanto às declarações do presidente da AEB e do ministro Mercadante colocando em suspeita o futuro da empresa binacional ACS/Cyclone-4, parece que felizmente as autoridades atentaram para esta realidade, afinal, trata-se de um megaprojeto com viés puramente operacional, portanto, sem qualquer conteúdo de desenvolvimento tecnológico, que irá drenar os poucos recursos da área espacial, bem como desmobilizar nossos também poucos recursos humanos em uma empreitada que, de longe, não deveria ser nossa prioridade.



O SindCT denuncia!

Institutos do Governo beneficiando a sociedade brasileira

- Satélites



Institutos do Governo beneficiando a sociedade brasileira

- Canasat



Institutos do Governo beneficiando a sociedade brasileira

- Monitoramento de queimadas



Institutos do Governo beneficiando a sociedade brasileira

The screenshot shows the SISMADEN website, a system for natural disaster monitoring and alerting. The header includes the logo of the Ministério da Ciência e Tecnologia and the text 'Destaque do governo'. The main title is 'SISMADEN' with the subtitle 'Sistema de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais'. The page features a navigation menu on the left with links for Home, Download, Arquitetura, Documentos, Exemplos, Equipe, and Contato. The main content area describes SISMADEN as a software product for monitoring and alerting, and includes a section titled 'Operação do Sistema' with a list of roles: Operadores do Sistema and Clientes dos Alertas. The footer contains contact information for the Instituto de Astronáutica e Espaciais (IAE).

Ministério da Ciência e Tecnologia

Destaque do governo

SISMADEN

Sistema de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais

- Home
- Download
- Arquitetura
- Documentos
- Exemplos
- Equipe
- Contato

Av. dos Astronautas, 1.758 - Jd. Graça - CEP: 12227-010 São José dos Campos - SP, Brasil
Tel: 55 (12) 3245-6511

SISMADEN é um produto de software, um sistema computacional, baseado em uma arquitetura de serviços, aberta, que provê a infra-estrutura tecnológica necessária ao desenvolvimento de sistemas operacionais para monitoramento de alertas de riscos ambientais. O SISMADEN provê serviços para busca de dados atuais através da internet e sua incorporação à base de dados do sistema de alerta; serviços para tratar/analisar em tempo real dados novos e verificar se uma situação de risco existe, através de uma comparação com mapas de risco ou de um modelo definido; serviços para executar/editar/criar novos modelos de risco e alerta; serviços para criação e notificação de alerta para os usuários do sistema em operação entre outros serviços básicos e avançados.

Operação do Sistema

A operação do sistema de alerta requer o acesso a dados atuais de observação e previsão, além de mapas de risco das áreas observadas ou de modelos matemáticos que definam os riscos.

- Operadores do Sistema:** Os operadores do sistema são organizações que monitoram a possibilidade de ocorrência de desastres.
- Clientes dos Alertas:** Os clientes dos alertas do sistema são os agentes que tem a competência para executar as ações preventivas para a diminuição de perdas no caso da ocorrência do desastre.

- Sismaden: Sistema de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais

Institutos do Governo beneficiando a sociedade brasileira

- Programa Antártico



Institutos do Governo beneficiando a sociedade brasileira

- Embraer



Institutos do Governo beneficiando a sociedade brasileira

- ITA



Institutos do Governo beneficiando a sociedade brasileira

- Base de Alcântara/MA



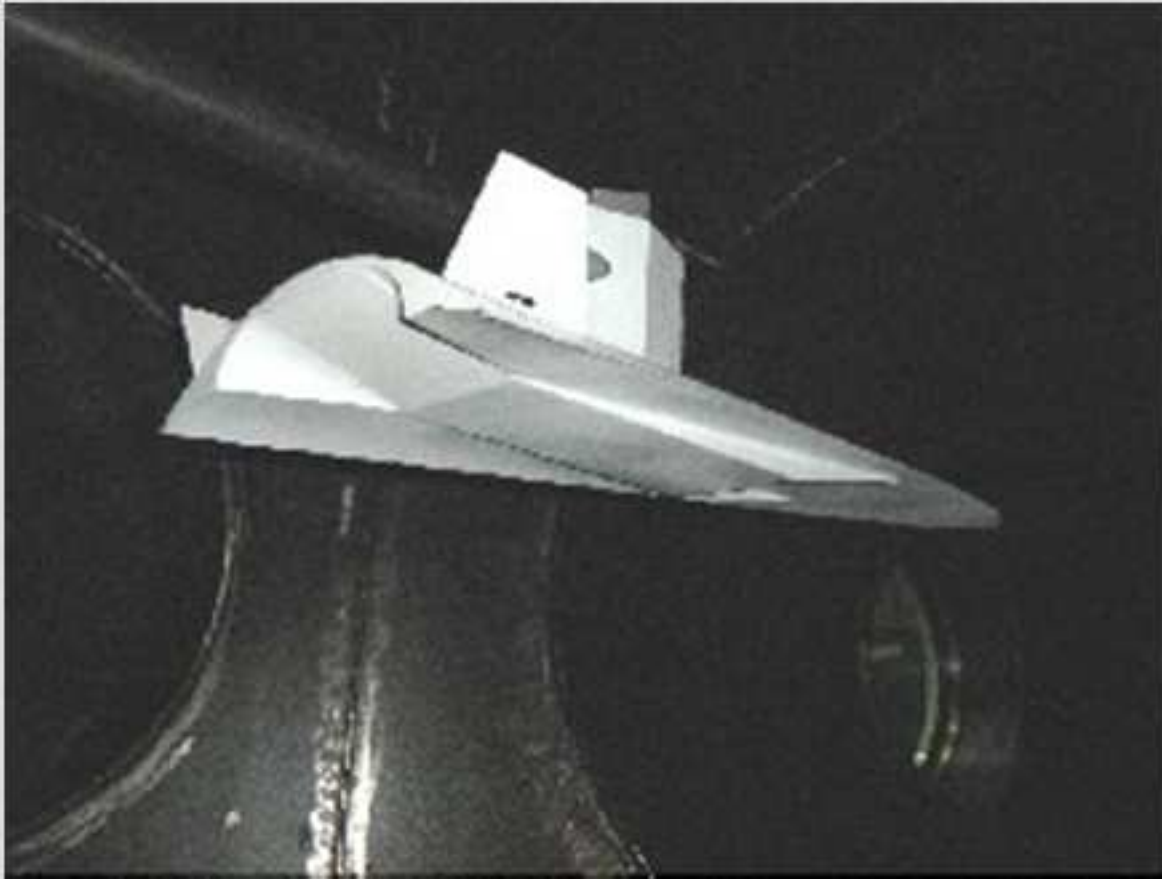
Institutos do Governo beneficiando a sociedade brasileira

- VANT – Veículo Aéreo Não Tripulado



Institutos do Governo beneficiando a sociedade brasileira

- Veículo hipersônico 14-X



Institutos do Governo beneficiando a sociedade brasileira

- Estudos com Laser



Institutos do Governo beneficiando a sociedade brasileira

- Desenvolvimento de Mísseis



Institutos do Governo beneficiando a sociedade brasileira



- Desenvolvimento do Motor a Álcool



Institutos do Governo beneficiando a sociedade brasileira



- Veículos lançadores de satélites

A Tragédia Espacial Brasileira

- Salários não atrativos
- Falta de concursos para renovação
- Falta de especialistas
- Desmotivação e baixa Autoestima

Solução:

**O Programa Espacial
como Política de
Estado**